



1290003420



FE

1 CC/UNICAMP M764c

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Márcia Regina Monteiro

A educação prisional: uma visão histórica do descaso

Campinas

2007

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

200803030

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Márcia Regina Monteiro

A educação prisional: uma visão histórica do descaso

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP, para a conclusão do Curso de Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco e Zan.

Campinas

2007

UNIDADE.....	FE
Nº CHAMADA:	
ICC/UNICAMP	
M764e	
V:.....	
TOMBO:.....	3420
PROC:.....	129/08
C:.....	D. X
PREÇO:.....	11,00
DATA:.....	01/03/08
Nº CPD:.....	426191

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

M764e Monteiro, Márcia Regina
A educação prisional : uma visão histórica do descaso / Márcia Regina Monteiro. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Dirce Djanira Pacheco e Zan.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Prisões. 2. Presos – Educação. 3. Reeducação. 4. Ressocialização. 5. Punição. I. Zan, Dirce Djanira Pacheco e. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

07-663-BFE

*Dedico este trabalho a todos que
sonham e lutam por um sonho. A
todos que acreditam em um amanhã
melhor.*

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Agradecimentos

A Deus, que em todos os momentos de luta me fortaleceu e demonstrou o seu amor e sua luz sempre presentes na minha vida.

Agradeço por ter tornado o impossível, possível perante meus olhos. Se não fosse pelo seu poder, amor e sabedoria este trabalho não aconteceria.

Agradeço a pessoa que mais me incentivou e apoiou, ao amor da minha vida: **Marco Aurélio Alves**. Obrigada pelo companheirismo de todas as horas, se não fosse o seu ombro amigo eu teria desistido antes de começar.

Agradeço com carinho aos **meus pais**, que foram meus primeiros professores, me ensinaram a caminhar e a falar. Meus melhores valores foram herdados de vocês. Pai e mãe serão sempre “ouro de mina”.

Meu outro tesouro, a minha orientadora **Dirce**, que me deu atenção, compreensão e como ninguém me orientou para o melhor caminho. Que deste trabalho perdesse uma longa amizade.

Agradeço as minhas fiéis amigas que foram guerreiras ao meu lado: Ana Selma, Bruna, Cibelly, Eliete, Marina e Natália.

Agradeço em especial a **Elisande** - Supervisora da FUNAP (Fundação de Amparo aos Presos) pelo apoio e oportunidade que me concedeu de conhecer de perto os personagens desta pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer a uma pessoa que possibilitou meu “encontro” com a obra de Fernando Salla, ao Diego meu muito obrigada.

Este trabalho só foi possível com a contribuição de várias pessoas, como a ajuda do pessoal da Informática, do pessoal da Biblioteca, principalmente da Alice e da Josi que muito me auxiliaram.

A todos que contribuíram de alguma forma, meu sincero agradecimento.

“A melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa”.

Paulo Freire (1995)

Resumo

O presente trabalho consiste numa tentativa de investigar a educação dentro de uma instituição penal.

Esta pesquisa é fruto de uma indignação contra a instituição prisional, ao me deparar com a realidade do sistema penal do Estado de São Paulo.

Nas prisões é observada que as regras, normas, procedimentos e valores exercem prioridades na dominação e no controle da massa encarcerada.

Graças à contribuição de grandes estudiosos como Foucault e Salla foi possível uma análise mais crítica sobre a finalidade da prisão.

O trabalho procura sistematizar algumas reflexões e questionamentos, sobre o desejo que a própria sociedade manifesta em punir e excluir o outro, o estranho, o que incomoda.

Este trabalho também traz uma breve investigação sobre como as autoridades enfrentaram as instabilidades deste sistema penal ao decorrer dos tempos até os dias atuais.

Neste aspecto busco trazer a educação como uma forma de resistência a este sistema de exclusão e, enfatizo a necessidade de ações que, para além da educação nas prisões, transformem a gestão e a política penitenciária.

Enfim, desejo que este trabalho tenha alguma contribuição, ao menos no campo da reflexão, se não for possível no campo da prática.

Sumário

Introdução.....	008
Capítulo 1: A visão Histórica da Prisão	011
Capítulo 2: As prisões no Estado de São Paulo	019
Capítulo 3: Educação e Sistema Prisional	028
Considerações Finais	041
Referências Bibliográficas.....	045
Anexos	046

Introdução

Há cinco anos, comecei a trabalhar na Penitenciária II de Hortolândia, exercendo o cargo de oficial administrativo. No início pretendia passar alguns meses neste novo emprego e logo arrumar outro, por perceber, a cada dia, como era violenta a forma de viver daqueles que estavam cumprindo pena, e não me refiro somente à violência física, mas também à violência moral. Deparei-me com um mundo diferente, cheio de regras e normas, cercado de deveres e direitos, com a violência velada entre os olhares, às atitudes e os julgamentos. Este choque com o “novo” me perturbava, fez com que procurasse saber mais sobre este novo universo que estava presenciando, busquei saber sobre a situação de outros presídios, sobre a quantidade total de presos e presídios no estado de São Paulo, o número de reincidentes e a situação da criminalidade nas ruas.

Em 2004, ingressei no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, entre muitas leituras e discussões sobre a função do Estado, outra dúvida surgiu: O sistema penitenciário recupera o criminoso?

No sexto semestre, através da disciplina “Estágio Supervisionado nas séries iniciais”, fui a campo como estagiária, e o meu campo de atuação não poderia ser outro – uma sala de alfabetização de jovens e adultos no interior de uma penitenciária.

Através do estágio tive contato com uma parcela da população carcerária, o que me possibilitou ouvir os relatos daqueles que vivenciam a cada dia o sistema prisional. Tive a possibilidade de conhecer a penitenciária através de um outro olhar, de um novo ângulo, distante do que estava estipulado nas resoluções, leis e decretos.

Pude perceber o descaso que a educação penitenciária é concebida pelas autoridades públicas e sociedade em geral, a inexistência de políticas públicas a favor de uma educação prisional.

Está previsto na lei que a sanção penal de restrição da liberdade tem por objetivo a ressocialização dos criminosos, porém esta vem sendo anulada pelas desumanas condições de sua custódia.

As conseqüências estão a nossa volta, os presos que saem dos guetos bárbaros desses estabelecimentos penais, descarregam sua revolta sobre a sociedade, aumentando os índices de violência.

Esta sensação de gueto é sentida desde dos primeiros contatos no interior de um presídio, mas, não conseguirei começar este trabalho e justificá-lo sem antes narrar o primeiro dia que adentrei a uma unidade prisional, para que o meu leitor possa melhor visualizar e entender a escolha do meu tema.

“Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto”.

Porque Narciso acha feio o que não é espelho...”.

Caetano Veloso, Sampa

Interior da Penitenciária II de Hortolândia, localizada à margem da rodovia Campinas – Monte Mor, Km 05, JD. Novo Ângulo – Hortolândia. A penitenciária fica num lugar afastado, sem supermercados, padarias ou outro tipo de comércio. O vizinho mais próximo é o bairro Nova América, antiga ocupação, com algumas ruas sem saneamento básico, o esgoto a céu aberto e muitas crianças nuas pelas ruas.

Na entrada do presídio não há campainha, interfone ou qualquer outro tipo de comunicação que não seja bater forte com a mão contra o imenso portão de ferro, que é todo fechado. Depois de alguns minutos alguém abre uma pequena portinhola e pergunta o que deseja. Esta pessoa abre o portão e estamos na portaria, que não é um lugar agradável, pois ninguém é cordial, a maioria dos funcionários ali presentes toma atitudes hostis, e com o olhar de desconfiança te revistam. Somos obrigados a passar por um detector de metal.

Passada a portaria, a próxima etapa é caminhar para a revisora, lugar afastado da portaria, que dá acesso ao interior do presídio. A primeira vez que se entra num presídio é a pura sensação do desconforto, do medo, do estar no lugar errado, do desconhecido. A cada portão que se abre, a impressão que se tem é semelhante à de um elevador apertado, que não tem como sair, e não vemos a hora de abrir a porta. Pois bem, na medida em que mais se adentra ao interior da penitenciária, maior é a vontade de ir embora, misturada com adrenalina de estar

num lugar perigoso, correndo algum tipo de risco, esta sensação é misturada à curiosidade de conhecer como de fato é uma penitenciária.

Ainda referente ao caminho, a sensação é de estar entrando num túnel ampliado, a luminosidade no interior do prédio é pequena, a luz do sol vai sumindo, tendo somente uma mínima iluminação através das lâmpadas.

Quanto às cores, existem poucas. São principalmente a branca e azul, pois as paredes até a metade são pintadas de azul escuro e do meio para cima de branco. As roupas dos ASP's (Agentes de Segurança Penitenciário) são calça jeans e camisa cinza, com o emblema da Penitenciária, os presos são todos vestidos como "canarinhos", seu uniforme consiste em uma camisa (tipo colete) laranja (cor intensa) e calça no mesmo tom, não se trata de um laranja meio salmão e sim do mais berrante tom de laranja. Perguntado certa vez o porque desta cor de uniformes, a resposta foi que é a mais visível para facilitar a visão no momento de uma fuga, porém esta cor todos os dias causa um certo enjôo e cansaço visual.

Tendo em vista este estabelecimento fechado e distante da sociedade, irei me basear na obra de Goffman - *Manicômios, prisões e conventos*, que define e comenta minuciosamente sobre as características das instituições totais e faz um exame geral da vida em tais estabelecimentos, utilizando muito do exemplo que conta com a participação involuntária – as prisões. Além da clássica obra de Foucault - *Vigiar e Punir*, que nos revela como ninguém, como são possíveis as instituições disciplinares, as razões de sua emergência e suas formas de controle social.

Pensando na educação como uma forma de resistência a este sistema, no qual os presos possam se reconhecer como cidadãos de direitos e deveres, para que haja de fato um processo de ressocialização, é que apresento o presente trabalho.

Capítulo I. A visão Histórica da Prisão

Em 2006, o Estado de São Paulo, assistiu pacificamente a uma das suas mais graves crises na área de Segurança Pública. Esta crise teve como centro o sistema penitenciário. As rebeliões na maioria das unidades prisionais do Estado de São Paulo, assassinatos de policiais e agentes penitenciários, bombardeios em estabelecimentos públicos e privados, ônibus incendiados, sendo que todas essas ações foram promovidas por grupos criminosos de dentro do sistema penitenciário.

Mais, uma vez, sentimos a fragilidade do Estado, a falta de poder, de comando, a falta de uma política pública que possa nos assegurar a tão sonhada ordem e segurança.

Esta crise na Segurança Pública do Estado de São Paulo, pode ser percebida internacionalmente, através da mídia e da opinião pública que enfatizaram a necessidade de maior punição para os crimes mais graves e pelo aumento da severidade nas condições de encarceramento.

As autoridades atendendo ao apelo da população deram mais ênfase às questões conjunturais, aplicando medidas imediatistas como, por exemplo, bloquear o acesso de presos a telefones celulares, que não perdem também a sua importância no intuito de dificultar as negociações entre os membros desta organização criminosa, porém são ações insuficientes para enfrentar uma crise crônica, vivida há décadas pelo sistema penitenciário.

Nenhuma autoridade se importou para realizar uma reflexão acerca da história das prisões, acerca do aumento exorbitante da população carcerária nas últimas décadas, principalmente no Estado de São Paulo, conforme demonstra a tabela e o gráfico no anexo1. Dados mostrados pela Secretaria da Administração Penitenciária, revelam ainda que houve uma acentuada transferência de presos que estavam sobre a responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública e passaram para as unidades da Secretaria da Administração Penitenciária, (que foi criada logo após o massacre do Carandiru como veremos a seguir). Nos últimos cinco anos a população carcerária da Secretaria da Administração Penitenciária dobrou.

É nesse intuito que este trabalho vem trazer uma visão histórica acerca do sentido da prisão em nossa sociedade.

Deste modo iremos discorrer para compreendermos os mecanismos que levaram a criação das Penitenciárias e o desejo que a sociedade historicamente tem mostrado em distanciar/segregar parte de si mesma.

"Na realidade, a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. A crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX, (a prisão não é bastante punitiva: em suma os detentos tem menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: é justo que o condenado sofra mais que os outros homens?" (Foucault, 1987, p.18)

Desde tempos remotos a sociedade vê no sofrimento do outro uma forma de punição. Quando acabam as cenas de suplício em praça pública, e os condenados são levados para as prisões, há o questionamento, a especulação sobre qual a intensidade de sofrimento que os condenados irão passar, um desejo da sociedade pelo sofrimento do outro.

Não é de se admirar que no início do século XVIII, as pessoas assistiam em praça pública as cenas de suplício, que contavam com rodas, forcas, patíbulos, pelourinhos e esquartejamentos. Para aquela sociedade a punição não estava ligada simplesmente à morte, mas toda a cerimônia que levava a ela, a encenação da dor, o processo cuidadoso de promover o sofrimento, sem deixar que o condenado morresse antes da realização de todos os tipos de tortura.

Foucault (1987) enfatiza que com o desaparecimento do suplício é o espetáculo da dor que se elimina, mas é também o domínio do corpo que se extingue. O corpo enclausurado visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem, deste modo, a dor física não é mais característica da pena.

A redução desta cerimônia de sofrimentos inaugura uma nova moral no ato de punir. Em sua visão, Foucault (1987) analisa como a punição vai se tornando a parte mais velada do processo penal. Com a extinção do corpo esquartejado em praça pública, a lógica da punição é outra, não mais punir o corpo, a intenção agora é aprisionar a alma.

"Faz 150 ou 200 anos que a Europa implantou seus novos sistemas de penalidade, e desde então os juizes pouco a pouco, mas por um processo que remonta bem longe no tempo, começaram a julgar coisa diferente além dos crimes: a "alma" dos criminosos." (Foucault, 1987, p. 19)

Sobre esta nova ótica, a pena passa a ter uma nova função: transformar o comportamento do condenado. E não é simplesmente o objeto da punição que sofre mudanças, os tipos de crimes também são alterados, blasfêmia não se constitui mais crime.

Contudo, o poder sobre o corpo, nunca deixou de existir totalmente. Trabalho forçado, redução alimentar, expiação física, masmorra, práticas tidas como inevitáveis pelo sistema penitenciário, porém a partir do séc. XIX, essas práticas se tornam cada vez mais implícitas.

Foucault (1987) realizou um estudo detalhado sobre como as relações de poder se deram através da arte do "controle do corpo". Percebe-se através de sua obra que durante a época clássica, houve uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder.

"(...) em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhes impõem proibições ou obrigações" (Foucault, 1987, p. 118)

Em sociedades anteriores já havia um investimento na docilidade dos corpos, porém no séc. XVIII, esse investimento vem numa escala elevada do controle: não se trata apenas de cuidar do corpo, em massa, mas de trabalhá-lo detalhadamente, individualmente, trabalhar o corpo ao nível mesmo da mecânica, sem folga.

Modifica também o objetivo do controle, o seu foco não é mais o da linguagem do corpo, mas o objetivo está centrado na economia e na eficácia dos movimentos, sua organização interna, a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais, como escreve Foucault (1987), a única cerimônia que realmente importa é o exercício.

Podemos relacionar esta época com a criação de uma necessidade de controle social entre as pessoas, por causa de uma padronização e normalização,

como cita Canguilhem (1995), foi necessário separar as pessoas que não atendiam as novas regras de normalização.

"No entanto, pensando bem, a normalização dos meios técnicos da educação, da saúde, do transporte de pessoas e de mercadorias é a expressão de exigências coletivas cujo conjunto define, em determinada sociedade histórica, seu modo de relacionar sua estrutura, ou talvez suas estruturas, com aquilo que ela considera como sendo seu bem particular, mesmo que não haja uma tomada de consciência por parte dos indivíduos" (Canguilhem, 1995, p. 210).

O século XVIII passou a ser considerado o "século das luzes", o domínio da razão e do pensamento científico; o homem da razão cria métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, cria-se através desta docilidade dos corpos a sociedade disciplinar, o controle sobre cada indivíduo.

Esta disciplina imposta ao corpo é diferente da escravidão, da domesticidade, da vassalagem, pois não se fundamenta numa apropriação dos corpos, é antes de qualquer coisa, o momento que nasce uma "arte do corpo", que visa à formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil. Segundo Foucault (1987), a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis".

"A disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande "encarceramento" dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes." (Foucault, 1987, p. 122)

Foucault descreve como a partir da arte da disciplina, começa a distribuição dos indivíduos no espaço, tentando desta forma desaparecer com os vagabundos e miseráveis, que não poderiam fazer parte da nova sociedade moderna, sociedade da razão. Criam-se os colégios com o modelo de convento, o internato é ressaltado como regime de educação, também surgem os quartéis, com o objetivo de exercitar a massa vagabunda e impedir as violências.

O espaço é quadriculado para separar e evidenciar cada indivíduo, tornando mais fácil vigiá-lo e controlá-lo. Essa técnica de distribuição dos indivíduos no espaço é inserida em todos os meios sociais.

“Mas o princípio de “clausura” não é constante, nem indispensável, nem suficiente nos aparelhos disciplinares. Estes trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina. E em primeiro lugar segundo o princípio da localização imediata ou do quadriculamento. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo. Evitar as distribuições por grupo; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. (...) Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.” (Foucault, 1987. p.122)

A lógica desta sociedade disciplinar é pautada na arte do detalhe, sem que escape o pormenor. Tudo vê, tudo sabe, tudo controla. É a sociedade da disciplina e vigilância, são abaixo desses moldes que são criadas as primeiras instituições penais - as instituições totais, exemplo desse espaço disciplinar, como define Goffman:

“Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal”. (Goffman, 1974, p. 11)

Tanto Goffman quanto Foucault nos permitem encontrar uma dimensão produtiva do poder, altamente criativa.

Goffman (1974) realiza um levantamento crítico da vida em instituições fechadas e mostra como este tipo de segregação atua sobre o indivíduo. Analisa a concepção de poder explícita nas instituições totais, sendo um poder essencialmente modelador, poder instaurador, repressivo e mutilador do eu, em sua missão ressocializadora.

Goffman retrata minuciosamente como se constitui essa mutilação do eu, numa instituição total.

"O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despojado do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado."
(Goffman, 1974, p. 24)

Segundo Goffman, o maior agravante na mutilação do eu não é estar despojado dos seus bens materiais, mas principalmente a perda do seu próprio nome.

As instituições penais nos dias atuais, ainda realizam a mutilação do eu, pois o preso é chamado pelo número de matrícula, por ladrão, sentenciado, mas raramente pelo seu próprio nome.

Foucault nos revela a sociedade disciplinar que através de suas técnicas busca o controle do indivíduo no espaço e no tempo, como base para a microfísica do poder.

Desta forma, a disciplina inaugura um novo instrumento de poder: o olhar.

"(...) o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame" (Foucault, 1987, p. 143)

Visibilidade total e irrestrita é a nova estratégia utilizada pelo poder disciplinar a fim de realizar o controle – sem uso da violência ostensiva – para o exercício de uma vigilância produtiva.

É criado um dispositivo, o observatório, que efetua manobras de poder, através do olhar que vigia, que controla, tornando visíveis e observáveis os indivíduos sobre os quais incide.

É sob esta ótica de controle individual e social, que o Estado de São Paulo, no início do século XX, irá implantar as idéias que estavam circulando em toda Europa, e concretizar a construção de sua primeira penitenciária.

Classe Média

Composição: Max Gonzaga

Sou classe média
Papagaio de todo telejornal
Eu acredito
Na imparcialidade da revista semanal
Sou classe média
Compro roupa e gasolina no cartão
Odeio "coletivos"
E vou de carro que comprei a prestação
Só pago impostos
Estou sempre no limite do meu cheque especial
Eu viajo pouco, no máximo um pacote cvc tri-anual
Mais eu "to nem aí"
Se o traficante é quem manda na favela
Eu não "to nem aqui"
Se morre gente ou tem enchente em itaquera
Eu quero é que se exploda a periferia toda
Mas fico indignado com estado quando sou incomodado
Pelo pedinte esfomeado que me estende a mão
O pára-brisa ensaboado
É camelo, biju com bala
E as peripécias do artista malabarista do farol
Mas se o assalto é em moema
O assassinato é no "jardins"
A filha do executivo é estuprada até o fim
Ai a mídia manifesta a sua opinião regressa
De implantar pena de morte, ou reduzir a idade penal
E eu que sou bem informado concordo e faço passeata
Enquanto aumenta a audiência e a tiragem do jornal
Porque eu não "to nem aí"
Se o traficante é quem manda na favela
Eu não "to nem aqui"
Se morre gente ou tem enchente em itaquera
Eu quero é que se exploda a periferia toda
Toda tragédia só me importa quando bate em minha porta
Porque é mais fácil condenar quem já cumpre pena de vida

Capítulo 2. As prisões no Estado de São Paulo

Salla (1999) mostra através do seu trabalho, em que condições foram criadas as primeiras prisões em São Paulo.

Em 6 de maio de 1852, é inaugurada a primeira Casa de Correção de São Paulo, com o intuito de atender as novas idéias que circulavam no mundo europeu e norte-americano. Influências que chegam ao país em torno das novas formas de punição que o século XIX presencia. As prisões passam a ser o principal meio de punição, porém agora tem o papel de requalificação dos criminosos e de regeneração dos condenados.

Vale ressaltar que embora o governo do Estado de São Paulo estivesse sendo influenciado pelos novos modelos de prisões da Europa, o país continuou por muito tempo mergulhado em práticas e rotinas de encarceramento que não se distanciavam daquelas realizadas durante o mundo colonial, sobre os vícios violento e arbitrário da sociedade escravista.

E, neste sentido, as casas de correção, inauguradas na década de 50, não só foram impotentes para reverter este quadro e impor um novo padrão ao encarceramento no país, como na verdade serviram de depósitos, melhor construídos e mais organizados, para um variado leque de indivíduos que para lá eram recolhidos, envolvendo não só os condenados propriamente à pena de prisão com trabalho, mas também vadios, menores, órfãos, escravos, africanos "livres". (Salla, 1999, p.66)

Este novo estabelecimento alinhava-se ao pensamento da época e vivia sobre a ótica da caridade cristã, do sentimento de assistencialismo, pois o mundo era organizado segundo a vontade de Deus e o governo era considerado como interprete dessa vontade.

Assim como nos dias atuais, a Casa de Correção era cercada de regulamentos e leis que orientavam o seu funcionamento. O Diretor detinha o poder.

Embora a Casa de Correção fosse fiscalizada por comissões de inspeção ou visitas ou qualquer outra entidade específica do aparato judiciário, as prisões

(inclusive as atuais penitenciárias) sempre favoreceram uma enorme margem de atuação da equipe dirigente, para além dos contornos propriamente legais. De fato esses órgãos de inspeção e fiscalização nunca foram uma força capaz de amenizar a concentração de poder do Diretor do Presídio. Goffman (1974) em seu trabalho, também evidencia o poder exercido pela equipe dirigente sobre os dominados.

Ao contrário da ótica cristã do período imperial, os republicanos irão colocar a razão e ciência a serviço de todos os domínios da sociedade.

Isso irá acontecer em referência à questão do controle social, inaugurando um novo perfil não só de percepção das questões específicas da loucura, da criminalidade, das casas de menores, como colocando na agenda política a organização da sociedade, na qual a instituição de um modo geral, sobretudo as conduzidas pelo Estado, teriam um papel igual ou mesmo de maior importância que outros setores.

Os republicanos pretendem com o discurso de “progresso” tornar a sociedade mais iluminada, pela razão e pela ciência.

Através da contribuição de Salla (1999), entendemos como desde sempre as prisões foram criadas ou reestruturadas para atender a certos interesses de uma parte da sociedade.

Podemos citar a criação da Penitenciária do Estado, que foi criada para sanar a necessidade do novo governo republicano, o qual necessitava demonstrar através de suas ações o “progresso” e a “ordem”, para se contrapor ao antigo regime (o império).

A elite republicana de São Paulo irá criar no início do século XX, uma das maiores construções já vista, a nova Penitenciária do Estado, que servirá como aparato de controle social e também demonstrar para o resto do mundo como agora a sociedade paulista está organizada, disciplinada e civilizada, condizente com o discurso progressista e positivista da época.

Em 21 de abril de 1920, foi inaugurada a Penitenciária do Estado, sob o nome de *Instituto de Regeneração*, no bairro do Carandiru, composta por dois pavilhões, projetada por Samuel da Neves para abrigar até 1200 detentos. Foi concebida sob o signo de estabelecimento prisional modelar. Sua construção ficou a cargo do engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo e era considerada uma instituição

penal exemplar para as Américas, desde sua inauguração até 1940. Nesse ano atingiu sua capacidade máxima de lotação.

A Penitenciária do Estado não foi criada visando às melhorias nas condições de vida dos encarcerados, a sua criação se deu para atender principalmente, o que Foucault já havia denunciado – o controle social; as prisões servem como instrumentos para esse controle, como lugares onde são depositados os loucos, os excluídos, os criminosos e distanciar os vagabundos do contato com as pessoas "ditas" normais.

A partir de 1940, o até então presídio-modelo começa a sofrer sucessivas crises, causadas pela super lotação, tendo seu projeto original sido desfigurado na ampliação realizada em 1956, no governo de Jânio Quadros.

Há uma enorme distância entre o discurso do governo que se formula sobre as penitenciárias, sobre sua missão, virtudes e capacidade de regeneração e o que realmente o preso vivencia dentro de uma unidade prisional.

Tentando compreender como se dá este descompasso entre leis existentes e as práticas vividas no cotidiano das prisões, é que irei através da contribuição do artigo de Salla (2007), analisar historicamente como os governos enfrentaram as instabilidades do sistema prisional.

Salla (2007), ao analisar a política de Montoro, descreve em que situação Franco Montoro encontrou a Segurança Pública. Ao assumir o governo de São Paulo em 1983, o quadro dos estabelecimentos penitenciários era praticamente o mesmo da época da Coesp (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo) em 1979, ou seja, 14 unidades em funcionamento e um total de cerca de 10 mil presos.

Salla (2007), descreve como Montoro tentou implantar uma nova política para o sistema penitenciário.

Montoro ao promover a chamada "política de humanização dos presídios" buscou dar uma abertura ao sistema penal, abolindo as práticas de violência e torturas que se ocultavam no interior dos presídios. Nesse sentido, buscou estabelecer novas práticas de gestão dos presídios por meio da criação de mecanismos de diálogo entre dirigentes e presos, da renovação dos quadros

técnicos que atuavam no interior das penitenciárias, da reorganização dos serviços no sentido de contemplar uma política de reintegração dos presos na sociedade e de respeito com os direitos humanos.

Essa nova política de Montoro teve como consequência reações contrárias de dentro e fora do sistema penitenciário. Os segmentos conservadores da sociedade passaram a construir uma sistemática de oposição política às tentativas do governo Montoro de inovar as formas de gestão das políticas de segurança pública. Além dos próprios funcionários do sistema penal se revoltarem contra as novas diretrizes políticas-administrativas para as prisões.

"Essas duas forças tentaram solapar a todo custo a política de direitos humanos do governo Montoro para o sistema penitenciário, por meio de debate público na imprensa, nas casas legislativas, nos programas de rádio e televisão, nas manifestações de representantes do Poder Judiciário, na apresentação de denúncias pouco consistentes de existência de uma organização criminosa, chamada "Serpentes Negras", que estaria em acordo com a Comissão de Solidariedade dos presos e prestes a tomar o comando das prisões e promover uma fuga em massa" (Salla, 2007, p.75)

Quando analisamos a história, percebemos como desde sempre houve uma ideologia de repressão, de autoritarismo, principalmente nas questões ligadas ao sistema penitenciário e qualquer movimento contrário encontra uma forte resistência. Na prática, a política de direitos humanos não é respeitada, ainda mais quando se trata de uma parcela que foi negada pela sociedade. O único sentimento que expressamos é o de rejeição.

A forte pressão dos conservadores, aliada a várias ocorrências de rebeliões e fugas de presos, faz com que retorne uma forma de atuação truculenta na contenção das rebeliões que relembram as estratégias de governos anteriores.

“Basta mencionar que ocorreu uma rebelião em 19 de março de 1982, na Casa de Detenção de São Paulo, quando Paulo Maluf ainda era governador. Os presos queriam fugir do presídio. A contenção da rebelião ficou marcada pela pouca negociação e por um uso abusivo da violência. Policiais militares atiravam de fora para dentro do presídio. Foram 16 mortos, sendo 13 presos e 3 funcionários que haviam sido tomados como reféns”.(Salla, 2007, p. 76)

A rebelião ocorrida em 16 de setembro de 1986 na Penitenciária de Presidente Wenceslau teve o mesmo desfecho da rebelião ocorrida na Casa de Detenção em 1982, que resultou em 14 presos mortos, a maior parte deles paulistas, após uma intervenção da Polícia Militar.

Desta forma, a política de humanização dos presídios chegava ao final do governo Montoro profundamente desgastada.

Os governos posteriores de Oreste Quéricia (1987-1990) e Luiz Antonio Fleury (1991-1994) representaram um vigoroso retrocesso na área da segurança pública e no cumprimento dos direitos humanos nas instituições prisionais, cuja expressão máxima de violação dos direitos humanos, foi o Massacre do Carandiru em 1992.

Antes de relatar o massacre, iremos contextualizar a situação carcerária do Estado de São Paulo, naquele momento:

“Em 1992, ano que ocorreu o Massacre do Carandiru, na Casa de Detenção de São Paulo, o movimento médio anual havia sido de 30.670 presos distribuídos em 43 unidades prisionais. Além da evidência desse vertiginoso crescimento da população encarcerada, é de se notar que o sistema operava sob intensa pressão por parte da Secretaria de Segurança Pública, que tentava transferir os presos condenados de suas delegacias e cadeias públicas para o sistema Coesp. Tais pressões explicam por que uma unidade como a Casa de Detenção de São Paulo mantinha uma população acima de 6.000 presos não obstante sua capacidade ser de 3.250, na melhor das hipóteses.” (Salla, 2007, p. 77)

Hosmany Ramos (2001) em sua obra “Pavilhão nove: paixão e morte no Carandiru” relata pela primeira vez na história das prisões a versão de um dos

prisioneiros do pavilhão nove, sobrevivente ao massacre de 111 mortes, uma testemunha ocular de uma história contada sem retoques.

Diretor ordena aos funcionários que tranquem todos os presos, mesmo estando estes em seu horário de banho de sol.

O que parecia uma cena passageira se tornou uma situação de pânico geral, pois os presos não entendiam porque tinham que ser trancados, e muitos desconheciam o que estava acontecendo. Resultado: os presos revoltados com a "tranca", se agitavam mais ainda. Foi quando ouviram do Diretor: "se não voltarem para a cela, vou chamar o choque!" A cena a seguir está gravada em nossa história, com a morte oficialmente de 111 presos. O sobrevivente Milton Marques afirma que este número é fictício, pois houve um número maior de mortes, devido à exagerada violência e agressão com que os policiais militares invadiram a Casa de Detenção.

Vale ressaltar que esta chacina foi cometida sem precedente, pois não havia nenhum funcionário de refém, não foi encontrada arma de fogo que colocasse a vida da população em risco, não havia tentativa de fuga, apenas houve sim a truculência de algumas autoridades que não souberam negociar a situação.

Aliás, segundo o autor não houve diálogo, negociação ou qualquer outro tipo de comunicação. O que foi narrado pelo sobrevivente refere-se à forma abusiva de poder e à matança em massa de vários detentos, sendo que muitos já estavam no chão, ou dentro da cela, com a cabeça para baixo, em forma de rendidos, porém a polícia não poupou a vida de ninguém e nem a chance de poder humilhá-los, diante da situação trágica em que imploravam por socorro.

O episódio do massacre no Carandiru nos remete às leituras de Foucault, ou seja, às cenas de suplício em praça pública, dos esquartejamentos, das mil formas de morte, e embora tenham se passado mais de três séculos o sofrimento do outro ainda é visto com prazer.

No século XVIII, o sofrimento do corpo era visto como necessário para que a alma encontrasse o céu. O aspecto religioso justificava as brutalidades cometidas. Já no século XXI, não podemos justificar tal ato como de cunho religioso, mas o que seria então, apenas um desejo em desaparecer com uma massa que envergonha esta sociedade? Medida esta considerada mais eficaz do que a ressocialização?

“O processo de democratização sofria um duro golpe, revelando que eram ainda fortes as forças que resistiam às mudanças, que tinham nos aparatos policial e prisional uma trincheira poderosa, e que se dispunham a desafiar a lei e a ordem democrática.” (Salla, 2007, p.78)

Essa tendência caracterizou um posicionamento muito mais agressivo no combate ao crime e no enfrentamento das revoltas de presos, dentro de um padrão de baixa preocupação com negociações, conformando por vezes atuações marcadas pelo abuso de poder, distanciando do comprometimento com os direitos humanos e uma explícita percepção de que a intervenção policial não encontra limites na lei.

O governador Fleury tentou de todas as formas justificar a ação policial. Todavia a repercussão do massacre no cenário mundial foi péssima e obrigou o governo a realizar algumas mudanças no sistema penitenciário.

Afinal, a sociedade e os governos só lidam com a questão das prisões, quando estas ocupam papéis de destaque nos noticiários de TV, jornais de grande circulação e mídia em geral.

“Rebeliões sangrentas nos presídios, ações policiais violentas, crimes perpetrados com requintes de barbárie, guerras entre grupos urbanos, são pequenos terremotos que atordoam os indivíduos por um curto espaço de tempo até que uma avalanche de outras imagens remova esta ansiedade de suas mentes. Mas passado o abalo, a questão das prisões some do horizonte” (Salla, 1999, p. 24)

Os desdobramentos desse episódio foram vários em termos de ações governamentais voltadas para o sistema penitenciário. Um deles foi a criação da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) por meio da Lei nº 8.209, de 4 de janeiro de 1993.

Quando nos deparamos com a criação da Secretaria da Administração Penitenciária, percebemos a mesma lógica, atender a certos interesses do governo

atual. No caso da Secretaria da Administração Penitenciária, o discurso relatado no site oficial descreve que a criação desta nova secretaria se deu *fundada nos princípios de humanização das penas*, conforme texto extraído do site:

No entanto, o Governo do Estado, entendeu ser tarefa essencial o estabelecimento de melhores condições de retorno à sociedade daqueles que estão pagando suas dívidas para com a justiça. O sistema prisional tem características próprias e exige uma adequada solução: um sistema carcerário eficiente, dentro de um Estado democrático, onde o direito de punir é consequência da política social, a serviço de toda a sociedade, mas fundado nos princípios de humanização da pena, sem que dela se elimine o conteúdo retributivo do mal consequente do crime.

Como decorrência dessa preocupação, a Lei nº 8209, de 04/01/93, criou e, o Decreto nº 36.463, de 26/01/1993, organizou a SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, a primeira no Brasil, a tratar com exclusividade do referido segmento. Recentemente o Rio de Janeiro também criou uma Secretaria específica para assuntos penitenciários.

(www.sap.sp.gov.br)

Foi preciso 111 (cento e onze) mortes para o governo admitir seu relapso com o sistema prisional. O escândalo nacional e internacional desta chacina, as pressões por parte do ministério público e principalmente dos Direitos Humanos obrigaram o governo do Estado de São Paulo a agir de alguma forma, criando assim uma secretaria que cuidasse apenas dos presídios e desta forma forjar uma humanização do sistema penitenciário.

Outro momento conflitante em que novamente a ponta do iceberg volta à tona, foi recentemente, em 2006, quando todas as penitenciárias do Estado de São Paulo passaram por uma mega rebelião enquanto, concomitantemente, ocorriam vários ataques nas ruas, nos ônibus, nas agências bancárias, nas lojas e distritos policiais, no nosso mundo, longe das celas. Foi a primeira vez que as rebeliões no interior dos presídios foram articuladas com a violência e criminalidade vivida nas ruas, e estes dois movimentos aconteciam paralelamente, desnortando e limitando a ação policial.

Então, nesses momentos de explosão, por conta da omissão do Estado em solucionar ou propor mudanças na estrutura da sociedade, constrói-se mais dezenas de presídios, criam-se soluções paliativas, superficiais, no lugar de medidas profundas que visem a causa e não as conseqüências do problema.

As respostas mais conservadoras de enfrentamento da crise, com maior número de intervenções violentas em rebeliões, indicam que mais se radicalizam os problemas do que se constitui solução para eles.

O Estado deve se voltar para as razões que se colocam como obstáculo para que as políticas penitenciárias estejam firmemente comprometidas com o cumprimento da Lei de Execução Penal e com o respeito as demais leis que assegurem os direitos dos presos, para que se tenha uma forma de humanização na prática e não somente na teoria.

Capítulo 3. Educação e Sistema Prisional

Ao analisarmos a existência de escolas no interior do presídio, muitas questões “aforam” em nossas mentes. Questões acerca do significado da educação escolar em um ambiente tão “hostil”, para uma população estigmatizada. Como o processo educacional é entendido pelos presos? Para que ele serve? Para quem ele serve? Como a educação prisional tem sido pensada pelo ESTADO? Qual o seu propósito?

Não dá para falar de sistema penitenciário, de educação prisional sem analisarmos a conjuntura, sem analisarmos as políticas econômicas e sociais deste país. Por mais que a sociedade deseje isolar o seu próprio problema - o sistema penitenciário - é impossível estudá-lo fora do contexto em que ele está inserido.

Não podemos entender a educação no presídio, sem analisarmos o macro, a educação Brasileira e a trajetória do Planejamento Educacional no Brasil.

Este capítulo tem como objetivo situar a educação prisional como parte desta nova política e administração educacional.

Oliveira (1997) nos mostra através de uma abordagem histórica como as relações entre planejamento social e educação podem ser compreendidas nos vínculos entre desenvolvimento e educação.

O autor apresenta que embora o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social não impliquem, necessariamente, em um mesmo processo, é interessante perceber como são apresentados em estreita relação.

Isto é, a educação e outros setores sociais não são pensados em função dos benefícios ou do bem estar da população, mas o que se percebe é o predomínio do econômico nas “razões” do Estado. Na verdade, as questões sociais são tomadas como instrumentos dos imperativos econômicos nos planos, o que pode ser verificado nas formas como os recursos são alocados. (Oliveira, 1997, p.65)

Esta abordagem fez com que durante muito tempo se pensasse o econômico em oposição ao social. Tentava-se deste modo, evitar que as questões sociais freassem o desenvolvimento econômico.

Nos anos 90, a crise fiscal e o endividamento dos Estados, incluindo os países capitalistas centrais, fazem com que as burocracias estatais tenham suas ineficiências ressaltadas, contribuindo na proposta de um Estado minimalista, distanciando-se do ideário de Bem-estar Social.

Os defensores de uma visão liberal passaram a ressaltar as ineficiências burocráticas do Estado e culpabilizar a centralização administrativa pela crise econômica, propondo deste modo o **Estado mínimo**. A idéia de Estado mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. Preconiza-se a não-intervenção, e este afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, segundo o neoliberalismo, é o pressuposto da prosperidade econômica. A única forma de regulação econômica, portanto, deve ser feita pelas forças do mercado, as mais *racionais* e eficientes possíveis. Ao Estado Mínimo cabe garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários para tanto: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc. Abrindo mão, portanto, de toda e qualquer forma de atuação econômica direta, como é o caso das empresas estatais. Portanto o que estamos vivenciando é um Estado incapaz de garantir seus serviços básicos: a segurança, a educação e a saúde. Assistimos pacificamente um Estado que perdeu o controle sobre a ordem pública e é incapaz de manter a segurança interna e externa do nosso país. Sem citar o crescente número de desemprego e exclusão social.

Ao invés de direitos sociais, criou-se um Estado "assistencialista".

Desta forma o planejamento estatal é substituído por formas flexíveis de gestão, com a liberação da economia e das relações de trabalho e regularização estatal. A iniciativa privada é apontada como o padrão de eficácia e excelência e como solução para a crise. Ao Estado caberia a função de legitimar as práticas políticas criadas pela iniciativa privada, conforme ilustra Oliveira (1997):

A partir da década de 90, percebe-se uma mudança nas orientações presentes nas reformas educativas no Brasil, em âmbito federal, estadual e municipal. O primeiro aspecto que merece ser destacado é o fato de que estamos diante da emergência de reformas educativas que, no entanto, são anunciadas como reformas administrativas. (Oliveira, 1997, p.90)

A idéia de descentralização começa a nortear a organização e administração dos sistemas escolares, substituindo as reformas educativas pelas reformas administrativas, bem como mudanças no modelo de financiamento: recursos privados passam a ser empregado.

Essa depreciação do que é estatal e valorização do privado é uma estratégia retórica que está de acordo com a ideologia neoliberal dos países do capitalismo central que possuem pretensões hegemônicas.

Nas escolas são adotados novos modelos de gestão do ensino público, ditos mais democráticos, flexíveis e participativos. Neste momento ocorre à utilização de outra estratégia, qual seja, a alteração do campo semântico. O termo democratização é utilizado para mascarar a realidade: desresponsabilização do Estado em relação à educação, já que as funções que cabiam ao Estado passam a ser descentralizadas através da incorporação da sociedade civil, **parceria público-privado e contratos na gestão educacional**. O Estado passa a ser retirado das suas funções mantenedoras e assume um papel supletivo e distributivo na educação.

No entanto, democratizar a educação não significava uma educação igual para todos, ou seja, mesmos conteúdos e mesmos métodos, muito pelo contrário, pois esta idéia acabava por impedir as pessoas das camadas populares a chegar em um conhecimento que partiria de sua própria realidade e necessidades. Reconheceram, portanto, este tipo de sistema educativo como discriminatório, necessitando, portanto, de mudanças, reformas e melhorias.

Como vemos em Vygostsky, enquanto sujeitos sócio-históricos, os indivíduos chegam à escola com uma bagagem cultural diferenciada, assim, a democratização do ensino não pode ser apenas dar iguais condições para todos sem respeitar as diferenças, mas reconhecê-las e levá-las em conta, sejam elas culturais ou de gênero. Um novo desafio: promover processos diferentes em instituições também diferentes. Como por exemplo promover a educação numa unidade prisional, partindo de uma outra realidade, uma realidade específica.

Este novo modelo de gestão pública, visa a melhoria da qualidade de ensino, através de uma educação quantificável em termos estatísticos, que poderá ser alcançada através de inovações incrementais na gestão do trabalho na escola.

Essas alterações refletem uma tendência norteada pelo capitalismo e a intenção de integrar a educação às demandas econômicas, às demandas que atendam ao processo de globalização, e ainda adequar a escola à realidade do trabalho.

No entanto, subjacente a essas noções de reajuste social com fins a socialização de determinados bens e serviços e à equalização de condições materiais, estão as demandas por uma sociedade que comporte os novos processos de globalização da produção e do consumo, que se realizem às custas de alta exclusão social: o desemprego estrutural; a marginalização crescente e a segmentação da classe trabalhadora. (Oliveira, 1997, p. 92)

Pois é este modelo de capitalismo que estamos vivenciando e estamos produzindo cada vez mais, o modelo pautado na exclusão.

Na atualidade, esta racionalidade do capital está imposta ao Estado, através de muitas empresas que vêm tomando para si a tarefa de regular a economia e criar condições necessárias para manter a produção capitalista, deste modo, direciona as políticas públicas para a obtenção de seus interesses, já não é mais o Estado quem decide.

Oliveira (1997) enfatiza que embora exista uma densa produção acadêmica acerca das relações entre educação e desenvolvimento, denunciando o caráter economicista desta relação, a superação desta abordagem, ainda está longe dos planos de governo, bem como, dos documentos produzidos pelos centros de elaboração das políticas sociais.

Fica claro que a inexistência de políticas sociais, no nível do ensino público, acarreta conseqüentemente a falta de políticas públicas no nível da educação prisional.

Este repasse de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, fica ainda mais nítido no âmbito da educação prisional. Pois além de não haver uma política que regule a situação da educação prisional, ela foi durante muito tempo passada de instituição para instituição, como veremos a seguir, e atualmente temos algumas unidades prisionais, em que a responsabilidade pela educação foi transferida para entidades e ONG's que assumiram o papel educacional e de ressocialização que era um dever do Estado.

3.1 FUNAP: um projeto educacional na Unidade Prisional

No Estado de São Paulo, a educação nos presídios passou por várias mudanças, assim como a educação num contexto geral. Mudanças nos seus objetivos, mudanças em relação aos “responsáveis” pela sua implantação e desenvolvimento. O que podemos afirmar é que desde seu início a educação nunca esteve na agenda de prioridades da instituição penal.

Até o início da década de 80, a educação escolar no interior dos estabelecimentos penitenciários efetivava-se mediante o comissionamento de professores que transferiam o exercício da docência para o ensino destinado aos adultos presos. (Português, 2001, p.104)

Português (2001) descreve que não há um grupo específico que trabalhasse somente a questão da educação de adultos, bem como, adultos-presos, não existia uma abordagem condizente com aquela realidade prisional. Cada estabelecimento penal era vinculado a uma unidade escolar da rede de ensino.

Outro fator de suma importância é lembrar que a educação de jovens e adultos em nosso país foi sempre marginalizada, marcada por inúmeras contradições e desigualdades, com a inexistência de uma produção teórica específica.

Desta forma, resta aos educadores de jovens e adultos uma restrita produção teórica referente ao seu campo de atuação. Por isso, algumas vezes, vemos educadores que recorrem às produções teóricas referentes à educação infantil para adaptá-la à educação de jovens e adultos. Muitas vezes, sem intenção, acabam por infantilizar o aluno-adulto-presos.

Além desses dados, outros contribuíram para diminuir a qualidade da educação de jovens adultos presos, como: a falta de coordenação, o isolamento dos educadores, a ausência do trabalho coletivo, a não identificação com o trabalho, fatores de elevada importância no sentido de não favorecer a construção de um programa de educação no qual sua especificidade fosse respeitada.

Esta prática era muito comum antes de 1979, com os cargos dos comissionados, que eram professores da Secretaria de Educação do Estado e que promoviam o ensino básico nos Estabelecimentos Penais do Estado de São Paulo. Esses professores comissionados obedeciam ao mesmo calendário escolar das escolas oficiais, com seriação anual e com o mesmo material didático aplicado às crianças.

Segundo Português (2001), em 1979, os comissionamentos terminaram em todo Estado de São Paulo e com isso interromperam-se as atividades escolares, ocasionando o desvio de função dos funcionários do próprio sistema e a constituição de monitores presos.

A primeira tentativa, a de desvio de funções dos próprios funcionários do sistema, foi um fracasso, pois além dos funcionários não possuírem uma formação específica, existia ainda um fator mais contraditório: a fusão das atividades educativas com as regras e normas impostas pela gestão penitenciária.

Como segunda alternativa, foram selecionados presos para atuarem como educadores.

Esta prática advém do regime autoritário implantado em 1964, com a Lei de Segurança Nacional. A partir dela, inúmeros intelectuais e estudantes Universitários eram condenados à pena de reclusão por crimes políticos e cumpriam a sentença em meio à população condenada por crimes comuns. (Português, 2001, p.107)

A casa de Detenção de São Paulo foi um lugar onde a experiência educacional com monitores presos teve excelentes resultados. Uma experiência tão significativa, que até hoje essa função de educador preso é ainda presente e marcante dentro das unidades prisionais.

Ao analisarmos a história da educação na instituição penal, tem-se a impressão que ela sempre foi “jogada” de mão em mão, como se fosse uma “batata quente” e que todos os órgãos que assumiram essa responsabilidade estavam simplesmente cumprindo as exigências constantes nas leis que foram sendo criadas, desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, até a Lei Federal nº 7.210 de 11 de Julho de 1984, que institui a LEP (Lei de Execução Penal), tendo em vista o que prevê em seu artigo 17, que dispõem sobre os direitos do condenado, bem como da assistência educacional:

“Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.”

Com o direito à educação expresso em lei, o Estado se vê obrigado a criar um meio, ou uma forma de regulamentar a situação educacional que estava desqualificada. Frente a esses problemas, coube a FUNAP a incumbência pela educação nos estabelecimentos prisionais de todo o Estado de São Paulo.

Em 1976, através da Lei nº 1.238, de 22 de dezembro do Estado de São Paulo, é criada a FUNAP - “Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso”, conforme prescreve o artigo 1º :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Fundação denominada “Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso”, a qual se regerá por esta lei e por estatutos aprovados por decreto.

Embora a Fundação tivesse sido criada em 1976, somente a partir de 1987, a FUNAP se responsabiliza na prática pela educação nos presídios.

Acontece que a criação da FUNAP não se deu para atender primeiramente a educação, ela foi criada para atender o que preceituava a Lei de Execução Penal em relação ao trabalho, com a finalidade de contribuir para a recuperação social do preso e para a melhoria de sua condição de vida, através da elevação do nível de sanidade física e moral, do adestramento profissional e do oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado.

A educação no presídio não foge à regra do que está acontecendo nos países periféricos nesta época, ou seja, o predomínio da orientação econômica para as questões do Estado, pensando-se no trabalho em primeiro lugar, pelo fato de que o trabalho do preso é uma mão de obra barata para as empresas, proporcionando lucro.

Hoje, a FUNAP oferece formação profissional e trabalho remunerado aos presos, além de coordenar e executar os Programas de Educação, Cultura, Esportes e Geração de Renda.

Devido a várias tentativas de fracasso em desenvolver um processo educacional no interior dos presídios, a responsabilidade pela educação nos estabelecimentos penais de todo Estado de São Paulo passa a ser da FUNAP.

A fundação passou a contratar pessoal em caráter autônomo, com a denominação de monitores de educação para o exercício de atividades docentes,

A FUNAP passou por vários obstáculos, sendo que um deles foi a difícil tarefa de desvincular a prática educativa dos procedimentos disciplinares, tarefa nem sempre realizada com êxito, por causa da própria organização do sistema.

Outro agravante foi que os professores contratados iniciavam o trabalho sem um mínimo de formação. Quem convive dentro da realidade prisional sabe que existem regras e normas, como por exemplo, o traje do funcionário, que no caso do sexo feminino deve ser apropriado para uma unidade penal masculina, ou seja, sem decotes, sem calças justas, nada que se insinue ao preso.

Para um monitor que acaba de ser contratado para trabalhar numa unidade prisional é necessário momentos de orientação e de informação acerca deste novo ambiente de trabalho, marcado por regras e normas.

Sem investimentos, sem orientação, sem projetos que possibilitassem a formação dos monitores, tornou-se impossível realizar um processo educativo diferenciado e que acontecesse sem a influência das imposições e objetivos da instituição penal.

Diante de tais dificuldades, tornou-se urgente à constituição de uma rede escolar no sentido de romper com o isolamento das unidades, garantindo assim, princípios básicos de educação em todas as escolas dentro das unidades prisionais, tendo em vista, o alto grau de rotatividade dos presos no sistema prisional.

Sem um projeto que englobe todas as unidades prisionais, não há um seguimento deste projeto e, por conseqüência, a ruptura do processo de aprendizagem.

Para suprir esta defasagem, a FUNAP iniciou um processo de construção de um programa específico para a educação de adultos presos, em que a metodologia, o currículo e tudo aquilo que é fundamental para a constituição de um

projeto pedagógico fossem refletidos, respeitando o contexto diferente e específico da prisão, visando desta forma, unificar a metodologia nas escolas, para que quando houvesse transferência de presos para outros estabelecimentos penais, esses pudessem dar continuidade nos estudos.

Neste intuito é criado o histórico escolar dos presos, documento que é encaminhado a outro estabelecimento penal, no caso de transferência, o que já foi um grande avanço para a formação de uma rede escolar nas prisões.

Em 1989, a FUNAP compôs uma equipe técnica que participaria da gerência de educação.

Nesse período o sistema penal paulista era composto por 21 escolas, nas 21 penitenciárias, 2500 alunos e 148 educadores.

Mesmo com a gerência de educação as dificuldades não cessaram, pois, havia a necessidade de formar e capacitar os educadores, sem isso o fracasso das experiências anteriores iria se repetir.

Cabia, nesse momento, a construção de uma metodologia própria que refletisse a busca de um pensamento comum frente à tarefa de educar adultos presos. Nesse sentido, a gerência passa a realizar treinamentos regionais para os monitores.

“O processo de capacitação organizado em treinamentos regionais originou uma série de materiais complementares e suplementares aos professores e alunos. Destacam-se os objetivos mínimos caracterizando como o registro dos conteúdos e objetivos presentes na prática docente em todo o Estado, tornando-se o documento base para a orientação curricular.”
(Português, 2001, p. 115)

Em 1993, foi realizado o I Encontro de Monitores de Alfabetização de Adultos Presos do Estado de São Paulo. Com este encontro muitas questões foram postas em evidências e ações foram efetivadas. Uma delas referia-se a formalização da função de educador, pois até 1993 todos eram contratados como autônomos.

Em 1994, foi realizado um concurso oferecendo 170 vagas. Porém o número de contratados, através do concurso, não atendeu a demanda. Em 1996

houve novamente uma carência de educadores, que resultou na volta da utilização de presos como monitores para suprir esta carência.

Embora o trabalho da equipe técnica começasse a surgir os primeiros efeitos, houve um corte desta equipe, ocasionando o surgimento do chamado: monitor coordenador.

Os monitores coordenadores eram monitores que apresentavam maior compromisso com a proposta da FUNAP. Esses monitores tinham a função de acompanhar e capacitar os monitores presos.

Conforme já visto, o modelo político-econômico não prioriza o social. Devido à falta de recursos tanto pessoal como financeiro, a idéia de construir uma rede de escolas prisionais ficou totalmente impossibilitada.

Como a FUNAP não estava dando conta da crescente população carcerária, houve aos poucos uma "invasão" de outras instituições no interior dos presídios. Em muitas unidades prisionais do Estado, as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação passaram a oferecer um projeto educacional. Isto se deve também ao fato dos últimos anos o número de unidades prisionais ter dobrado.

Em 20 anos de atuação da FUNAP no interior dos presídios do Estado de São Paulo, a fundação não conseguiu elaborar um projeto político pedagógico, pois mesmo havendo o aumento do número de presos no Estado, a FUNAP ainda continuava com o mesmo quadro de funcionários, de alguns anos atrás. Sendo que o último concurso público realizado pela FUNAP foi em 1998.

Este sentimento de carência de pessoal para trabalhar num projeto educacional é sentido no discurso de uma das supervisoras (antigo cargo de monitora coordenadora) da FUNAP, ao conceder uma entrevista (anexo) para o presente trabalho:

"Uma grande falha da fundação é ter uma proposta boa, mas não ter pessoas para aplicá-la, ou para dizer: isso deu certo, aquilo não deu, trabalhar de forma mais real dentro das unidades prisionais".(Elisande, 20.09.2007).

Com a falta de pessoas envolvidas na proposta educacional no interior das prisões, juntamente com a diversidade de instituições presentes no interior dessas unidades, sem a possibilidade de uma coordenação comum, de momentos

de formação entre todos os educadores, toda a proposta de constituição de uma rede de escolas nos estabelecimentos penais se torna impossível.

Outro fator de elevada importância é o outro lado desta questão – os alunos. Até mesmo por não existir um projeto pedagógico, um programa de incentivo ao preso, há uma baixa frequência dos presos na sala de aula. Conforme Censo de 2002, realizado pela Secretaria de Administração Penitenciária, dos 66.929 presos apenas 13.487 estudavam, ou seja, 20% da população carcerária.

Atualmente, os índices são piores, das 144 unidades prisionais espalhadas pelo Estado de São Paulo, a FUNAP mantém 380 salas de aula. Segundo dados do próprio órgão, dos 135.454 presos, somente 11.838 estudam, menos de 9% do total.

“Se o preso está na escola e consegue um emprego, ele prefere o trabalho. Precisa ter uma escola muito forte e muito boa dentro da unidade prisional, por que senão os próprios presos são os mais críticos da escola, precisa ter um educador muito bom, uma escola que ofereça muitas atividades, para se ter uma escola cheia. Mesmo assim, pelo espaço físico, comportaria no máximo 20% da população.” (Elisande, 20.09.2007)

Percebemos que além da ausência de um projeto educacional, há o descaso das autoridades e também o descaso por parte dos próprios presos, pois como ressalta a entrevistada os presos preferem a oportunidade do trabalho em detrimento da educação.

Isso ocorre por diversos fatores, um deles é que enquanto adultos, eles desejam resultado imediato, que no caso do trabalho é o pagamento, ou seja, o resultado materializado. Já a educação constitui num processo longo e de lento aprendizado.

Outro aspecto é referente à estrutura física da escola no interior do presídio, pois segundo a entrevistada mesmo que todos os presos se matriculassem para estudar, não haveria salas suficientes, nem cadeiras, nem carteiras, nem professores, nem material didático. Ou seja, quando uma escola é construída no interior do presídio, ela já é pensada, planejada para atender um número mínimo de alunos.

O descaso é caracterizado pela histórica falta de articulação entre os ministérios, as Secretarias Estaduais de Educação e Justiça.

Desde 2004, a FUNAP vem com muito esforço, desenvolvendo seu projeto "Tecendo a Liberdade", idealizado por monitores coordenadores e monitores presos.

Este projeto visa levar a educação no interior das instituições penais, respeitando a sua realidade e especificidades, tendo como alicerce a teoria de Paulo Freire, o aprendizado baseado na realidade do reeducando.

Podemos notar que, mais uma vez, um projeto é prejudicado pela falta de recurso humano.

Embora existam diversos fatores que impossibilitem a educação prisional, ainda vemos as manifestações de grupos envolvidos e comprometidos com esse trabalho. O projeto "Tecendo a Liberdade" já colheu alguns bons frutos, como por exemplo: o teatro, a dança de capoeira e concursos de poesia. Mas ainda faltam interesses por parte das autoridades, em se comprometerem com a educação prisional, na criação de leis que exijam um projeto educacional específico para esta parcela da sociedade.

Haiti - Caetano Veloso

Composição: Caetano Veloso e Gilberto Gil

Quando você for convidado pra subir no adro
Da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
E não importa se os olhos do mundo inteiro
Possam estar por um momento voltados para o largo
Onde os escravos eram castigados
E hoje um batuque um batuque
Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária
Em dia de parada
E a grandeza épica de um povo em formação
Nos atrai, nos deslumbra e estimula
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado
Nem a lente do fantástico,
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão
Se você for a festa do pelô, e se você não for
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui
E na TV se você vir um deputado em pânico mal dissimulado
Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer, qualquer
Plano de educação que pareça fácil
Que pareça fácil e rápido
E vá representar uma ameaça de democratização
Do ensino do primeiro grau
E se esse mesmo deputado defender a adoção da pena capital
E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto
E nenhum no marginal
E se, ao furar o sinal, o velho sinal vermelho habitual
Notar um homem mijando na esquina da rua sobre um saco
Brilhante de lixo do Leblon
E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos
E quando você for dar uma volta no Caribe
E quando for trepar sem camisinha
E apresentar sua participação inteligente no bloqueio a Cuba
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui

Considerações Finais:

*"Toda a sociedade deseja ardentemente que os criminosos sejam processados e julgados. E se condenados, que fiquem trancafiados dentro de prisões inexpugnáveis. Desde que essas prisões sejam situadas fora da proximidade onde moram os cidadãos. Não é a toa que toda a história da repressão está plena de navios-prisões e de presídios em ilhas. O condenado deve desaparecer da visão da sociedade, isolado, esquecido."
(Paulo Sérgio Pinheiro, prefácio 1999)*

Embora haja um discurso oficial de ressocialização que está contido nos documentos oficiais, bem como expresso no site da Secretaria da Administração Penitenciária, a prática é totalmente inversa:

"É um órgão que tem como missão a aplicação da Lei de Execução Penal, de acordo com a sentença judicial, visando a ressocialização dos sentenciados. A Secretaria da Administração Penitenciária administra 144 unidades prisionais em todo Estado de São Paulo." (www.sap.sp.gov.br)

Mesmo com as grandes transformações sócio-culturais produzidas pelo impacto do desenvolvimento tecnológico, as antigas instituições totalitárias não desapareceram da sociedade contemporânea, muito pelo contrário.

Desse breve panorama aqui traçado, que se buscou apresentar os principais aspectos acerca da educação prisional, o que se evidencia é que a lógica do sistema penitenciário não é a ressocialização e sim garantir e manter a Disciplina.

A mesma disciplina usada para atingir o controle dos indivíduos, no começo do século XVIII, analisada por Foucault para compreendermos o surgimento das primeiras prisões, ainda é praticada no interior das prisões, uma disciplina que controla e vigia.

As penitenciárias estão muito mais preocupadas em vigiar e punir do que ressocializar, isto está explícito na fala da entrevista, quando lhe é perguntado sobre

os tipos de dificuldade que ela enfrenta para levar a educação no interior do presídio:

“Primeira grande dificuldade: estamos entrando na sala de uma outra pessoa, onde temos como prioridade a Segurança e Disciplina a educação vem de encontro. Então não há nenhum projeto de construção, com um passo para a educação, temos que montar uma sala de aula num lugar improvisado. Qualquer projeto de unidade prisional que está sendo feito você vê que não tem espaço para a educação, para cultura, trabalho, nada disso, é só a segurança e disciplina. (Elisande, 2007)”

Além das dificuldades entre educadores e educandos (presos) frente a educação, ainda existe a terceira implicação: o modelo de prisões pautado somente na questão da segurança e disciplina que acabam por dificultar o trabalho dos monitores e supervisores da FUNAP, pois além de não haver um número suficiente de pessoas que trabalham em prol da educação no interior do presídio, há uma resistência por parte do próprio sistema que dificulta a realização do trabalho educacional.

No caso dos Agentes de Segurança Penitenciária, existe uma cultura de desvalorização do preso, não o enxergam como cidadãos de direitos e deveres, os presos condenados são sempre vistos pelo sistema penal como delinquentes, fora da Lei, indivíduos que merecem ser maltratados.

Embora esteja evidente em decretos, leis e projetos, na prática, a ressocialização é desacreditada pelos próprios funcionários deste sistema.

Nesta contra-mão, os poucos corajosos professores lutam para levar a este estabelecimento um pouco de esperança e luz. Mas, muitas vezes, por estarem contribuindo com aqueles indivíduos estigmatizados, também sofrem do mesmo preconceito e discriminação que é atribuída à população carcerária.

“Para se ter uma idéia, outro dia, cheguei com vários livros para levar à biblioteca, primeiro ele (ASP) nem me ajudou, mas tudo bem, já estou acostumada. Estava descendo o corredor ele (ASP) falou: “Livro, para preso! Para mim tinha que matar tudo” eu respondi: “E onde nós íamos trabalhar?” Isso é um caso, mas todo dia tem alguma coisinha, falta de reintegração.” (Elisande, 2007)

A entrevistada chama a atenção para dois aspectos: primeiro, o próprio agente participa do processo de ressocialização, mas não tem consciência disso, não admite, ou não quer ressocializar, prefere ou é fixado em sua mente que o seu único dever é promover a segurança; segundo, o agente não se preocupa com o retorno do indivíduo enclausurado para a sociedade, pois não promove a ressocialização.

Mesmo passados dois séculos do nascimento da prisão, ela ainda não se distanciou em nada da finalidade a que foi criada: depositar miseráveis, vagabundos e criminosos.

Percebemos que a lógica de controle social analisada por Foucault ainda perpetua no interior dos presídios, há o poder "discreto" que funciona silencioso e permanentemente, o poder "indiscreto" onipresente, onisciente que tudo vê, tudo sabe, sempre atento, vigiando, esquadrinhando e controlando continuamente os indivíduos, através de olhares calculados.

Ou seja, o sistema prisional não tem uma estrutura que apoie a educação, ou que sirva de intermediadora, sempre há a marca do descaso.

Com a falta de pessoas envolvidas num projeto educacional nas prisões, e a diversidade de instituições presentes no interior dessas unidades, sem a possibilidade de uma coordenação comum, de momentos de formação entre todos os educadores, toda a proposta de constituição de uma rede de escolas nos estabelecimentos penais se torna impossível.

A lei serve apenas como uma maquiagem para encobrir um sistema marcado por rachaduras, por corrupção, por descaso das autoridades e sociedade.

Embora tenham passados dois séculos do nascimento das prisões, ainda a sua ideologia é a mesma: aprisionar, isolar, deixar por um certo tempo um indivíduo afastado da sociedade, como se assim pudéssemos escondê-los, negar sua existência. A sociedade segrega o outro, o estranho, o estigmatizado, como se a solução para termos uma sociedade pacífica fosse simplesmente desaparecer com quem nos incomoda, esquecendo que este mesmo indivíduo voltará para esta sociedade, uma vez que o maior tempo de reclusão no país é de 30 anos.

Neste trabalho, apenas abordei um aspecto da reformulação no sistema penal – a educação, porém, somente a educação não terá condições para as mudanças necessárias, sendo preciso uma reformulação geral na gestão

penitenciária e nas leis que abordem uma educação específica para esta realidade, além de ser fundamental a participação dos Agentes de Segurança Penitenciária para esta ressocialização ser efetiva, e que o projeto educacional seja respeitado pelo sistema prisional. Nesse aspecto, a Entrevistada levanta uma questão interessante:

“Eu acho que no momento que ele está mantendo a segurança e disciplina ele também é um educador. Ele pode educar através de uma postura, uma conversa, por que naquele ambiente, com uma conversa você pode mudar a vida de uma pessoa. Tem uma organização entre os presos, percebe-se quem manda lá dentro, cabe ao agente não deixar aquele preso que chega fazer parte desta organização, eles (ASP's) deveriam facilitar a ida para a escola, para o trabalho, muitas ações simples podem modificar a raiva crescente que o preso sente do agente” (Elisande, 2007)

Necessitamos criar uma metodologia específica, que represente uma opção ética em defesa da liberdade e da autonomia do preso. Uma metodologia que respeite os indivíduos como sujeitos do processo educativo. Um currículo específico, que respeite a população alvo: adultos, com histórias de vidas, com sentimentos, anseios e expectativas muito diferentes das crianças. Que se trabalhe a questão do Agente, para que ele não exerça um cargo de carrasco, mas de ressocializador, para que de fato possa promover a reinserção do indivíduo na sociedade.

Referências Bibliográficas:

- ✓ AZEVEDO, F. **Sociologia Educacional**. São Paulo: Comp. Ed. Nac., 1940, p.107-136.
- ✓ CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4ª edição, 1995.
- ✓ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ✓ _____ .**História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- ✓ _____ .**História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- ✓ GOFFMAN, Ervin. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- ✓ _____ . **Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- ✓ LAVILLE, C. e DIONNE, J. **A construção do saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**. B.H.: Ed. UFMG, 1999, P. 17-50.
- ✓ OLIVEIRA, Dalila Andrade (org). **Gestão Democrática da Educação**. São Paulo: Vozes, 1977.
- ✓ PORTUGUES, Manoel Rodrigues. **Educação de Adultos Presos: possibilidade e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do sistema penal do Estado de São Paulo**. Dissertação (mestrado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo: USP, 2001.
- ✓ SALLA, F.A. **As prisões em São Paulo**. São Paulo: AnnaBlume, 1999.
- ✓ _____ . **De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias de São Paulo**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 1, 2007, p. 72-90.

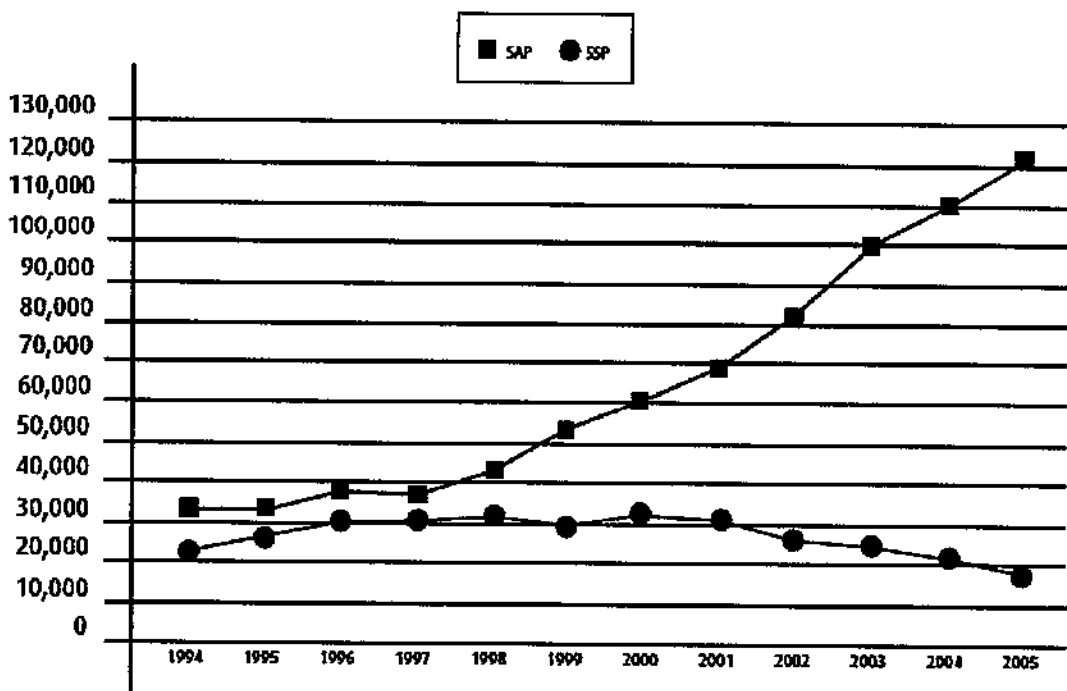
ANEXO 1:

Crescimento da população encarcerada segundo a Secretaria de Estado, Estado de São Paulo, 1994-2005

	SSP	SAP	Total
Dec-94	23,179	31,842	55,021
Dec-95	27,033	31,993	59,026
Dec-96	28,501	37,777	66,278
Dec-97	31,127	36,621	67,748
Dec-98	31,481	42,134	73,615
Dec-99	30,626	53,117	83,743
Dec-00	32,319	59,867	92,186
Dec-01	31,173	67,649	98,822
Dec-02	26,502	82,839	109,341
Dec-03	24,906	99,026	123,932
Dec-04	22,760	109,163	131,923
Dec-05	17,515	120,601	138,116

Fonte: Secretaria da Administração Penitenciária

Evolução da população encarcerada segundo a Secretaria de Estado, Estado de São Paulo, 1994-2005

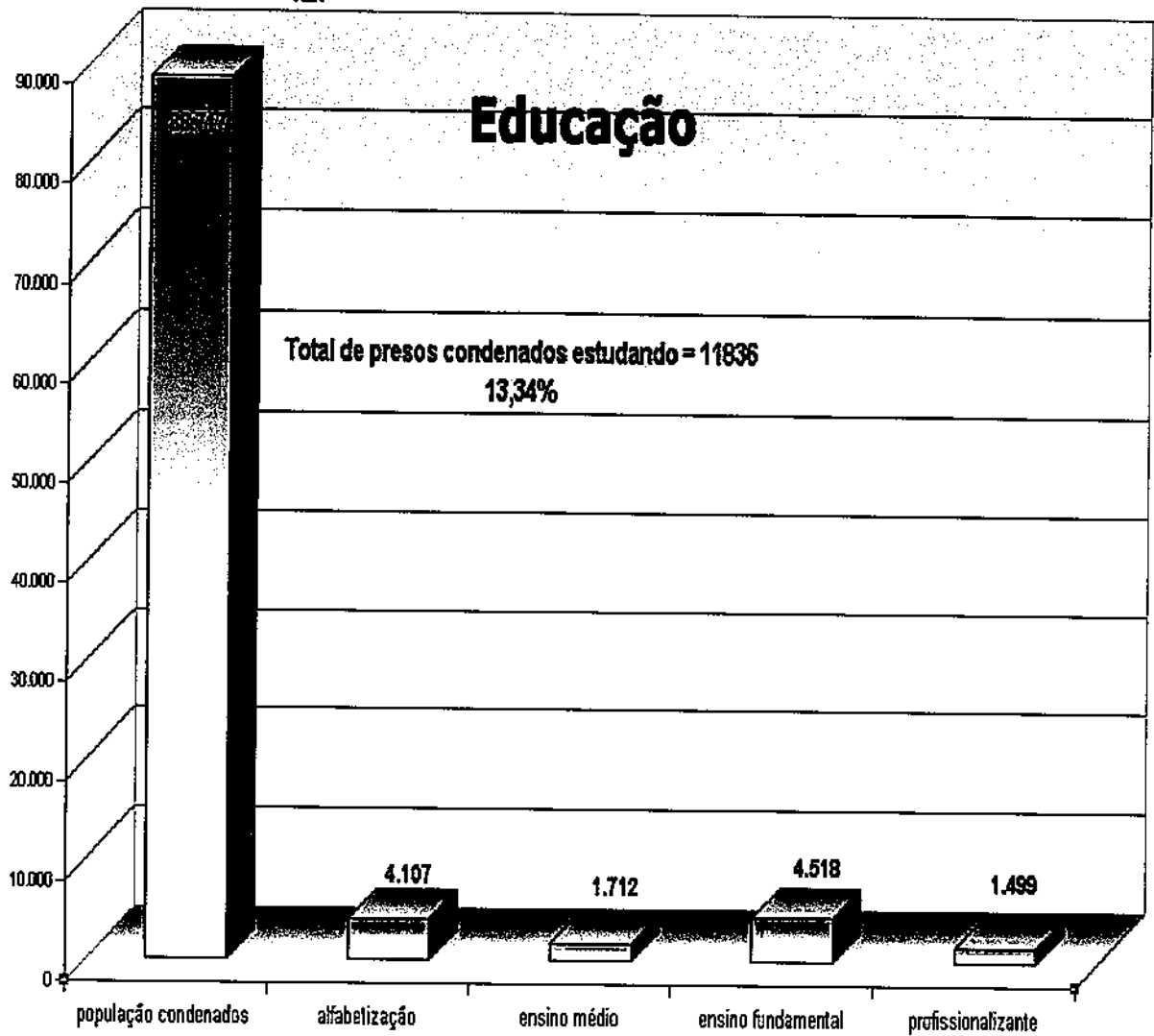


Fonte: Secretaria da Administração Penitenciária

ANEXO2:



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Gabinete do Secretário e Assessorias
Assessoria Técnica de Gabinete



Fonte: Secretaria da Administração Penitenciária

Anexo 3:

Entrevistada: Elisande Quintino – Professora há dezesseis anos na rede pública, desde 2005, está no cargo de Supervisora Regional da FUNAP.

Cargo: Supervisora Regional da FUNAP

Data: 20.09.2007

Entrevistadora: A FUNAP tem algum documento em que esteja explícito o seu projeto educacional?

Entrevistada: Sim. Tem um projeto que foi criado em 2004, e este projeto é o Tecendo a Liberdade em que prevê ações pedagógicas dentro das unidades prisionais, esse projeto veio de encontro a uma necessidade apontada pelos presos no sentido que a escola dentro dos presídios não tinha visibilidade, e era necessário criar alguma coisa para atender esse objetivo de educação, de uma educação específica. Um grupo dentro da FUNAP pensou em estar preparando um material específico para esta população, contratamos a ALB, que produziu um material para se trabalhar de forma modular, são 24 módulos para que a pessoa possa sair formada ou no ensino fundamental, ou no médio, porém o material é mais específico para o ensino fundamental.

Entrevistadora: O preso sai formado com algum diploma ou certificado?

Entrevistada: Esta é a questão, a FUNAP não pode certificar, então ela tem que fazer parcerias com pessoas, fundações, instituições, governo ou Mec, para que eles possam fornecer o certificado. Tentamos entrar em contato primeiro com a secretaria da educação do Estado de São Paulo, porém para ela emitir o certificado, é exigido que todas as pessoas que dão aulas tenham formação universitária, mas dentro do nosso projeto, do preso como educador popular, do preso vir e dar aula, isto inviabiliza este o projeto. Com o Mec, também estamos em negociações, estamos aplicando este projeto que respeita as diretrizes do CESU, do ensino fundamental e as pessoas estão prestando o ENSEJA ou o CESU para receber o certificado. Vai demorar uns dois, ou três anos para concretizar isto. Estamos com muita dificuldade.

Entrevistadora: Quais os tipos de dificuldades que você enfrenta no seu dia a dia para estar levando a educação para dentro do presídio?

Entrevistada: Primeira grande dificuldade: estamos entrando na casa de uma outra pessoa, onde temos como prioridade a Segurança e Disciplina a educação vem de encontro. Então não há nenhum projeto de construção, com um passo para a educação, temos que montar uma sala de aula num lugar improvisado. Qualquer projeto de unidade prisional que está sendo feito, você vê que não tem nenhum espaço para educação, para cultura, trabalho, nada disso, é só a segurança e disciplina. Com isso tudo que a escola promove é muito diferenciado, muito negativo, pois é prejudicial para a área da segurança e disciplina, por que muda toda uma rotina da unidade prisional. Os ASP's (Agentes de Segurança e Penitenciário) são treinados/educados para manter a ordem, a segurança e disciplina, dificilmente eles têm um olhar que a educação vai ajudá-los nisso. Eles não vêem que a pessoa que fica o dia inteiro sem fazer nada é muito mais perigosa, por que a cabeça esta a mil por hora, do que uma pessoa que tem uma oportunidade de estudar, oportunidade de trabalho.

Então a segurança e disciplina são as primeiras dificuldades.

A Segunda seria a falta de pessoas para trabalhar com educação diferenciada dentro das unidades, mesmo o educador necessita muita formação para que ele tenha uma visão de mudança, de promover esta mudança. Nós temos um pessoal na FUNAP que recebe formação e multiplica esta formação. Temos o monitor orientador que vai passar para o educador, que é o preso, o preso vai passar para o aluno, são muitas instâncias, você imagina uma formação ocorrida em S.Paulo, em Bauru, e passando por uma, duas, três pessoas até chegar no produto final? Ela chega muita fraca. E se o educador em sala de aula não tem uma formação educadora, uma educação libertária, ele vai reproduzir aquilo que já vivenciou na sua escolaridade, não terá muita diferença, não terá o entendimento do processo como um todo, isso pode prejudicar. O segundo ponto é a formação das pessoas que vai lidar com a educação. Ela tem que ter consistência, tem que ter uma política forte, um estudo, as pessoas têm que estudar muito a educação de jovens e adultos, o que pensam sobre a educação de jovens e adultos, que normalmente não temos este tempo para a formação.

O terceiro ponto seria o próprio aluno, ele vê a escola como uma coisa que será muito útil para ele, tem que ser útil hoje, a escola para ele, não é simplesmente ir até lá

para aprender e formar os elementos para a vida, para ele a escola é para mostrar que está sendo útil para casa, não está fazendo nada errado, conseguir um benefício, muitos saem da cela só para ir para a escola, para não ficar sem fazer nada. Nisso a escola tem que ser muito útil, o educador em sala de aula tem que fazer das “tripas coração” para conseguir convencê-lo que aquilo é importante para vida dele, o conhecimento, conversar com as pessoas sobre os assuntos do dia a dia, assuntos ligados à cela, assuntos sobre o que acontece nos Raios (Pavilhões onde ficam as celas, cada unidade prisional tem em torno de 03 a 06 raios, onde os sentenciados são divididos).

Eu acho que são estas dificuldades que atrapalham o projeto.

Entrevistadora: Em relação à falta de pessoas formadas para trabalhar com educação no presídio e com isso utilizar o próprio preso para dar aula. Como você vê esta situação?

Entrevistada: Tem vários questionamentos em cima disso, nós enquanto categoria de educadoras da fundação vemos isto como se estivéssemos perdendo o espaço, enquanto pessoas que estudaram para isto, que tiveram uma formação, que é muito importante. Mas por outro lado, o preso dando aula trouxe muitos benefícios, enquanto nós como educadores não alcança, por exemplo, a proximidade do Raio (Pavilhão), trazer as coisas que acontecem no raio para dentro da sala de aula, que coisas são estas?

Trazer a pessoa para a escola, informar as diversas atividades da escola, por que o educador-presos vai para o Raio, ele vive no Raio, e através da convivência, da postura deste educador, da conversa deste educador, ele pode convencer muita mais pessoas para freqüentar a escola. Ele é o colega dos alunos, sabe quando aquela pessoa não está bem, ou quando está bem, ele sabe o que pode falar, o que não fica bem falar, ele conhece a pessoa, tem toda essa proximidade. Dificilmente o educador do Estado consegue isso, ele vai até lá dá aula e vai embora, este vínculo ele não cria. A não ser que seja um professor com muita boa vontade, mas pela experiência nós não temos notado, para dar aulas no presídio, quando há atribuição em sala de aula, é a última das últimas escolhas. Então a pessoa chega sem ânimo, vê que não é aquilo. O educador-presos ele tem essa proximidade, ele tem vontade, existem educadores excelentes, empenhados, que se preocupam em estar dando uma aula com qualidade. Mas neste meio também tem muitos que vêm pelo salário, que é um salário mínimo, e um salário mínimo dentro de uma unidade prisional já faz a diferença. Existe aquela pessoa que no processo seletivo se

mostra muito adequado para o cargo, porém no dia a dia tem várias dificuldades em sala de aula. É o momento que o espaço de formação é importante, ele vai ter que estudar, ler sobre a educação de jovens e adultos... Então essa é uma das dificuldades. Mas para valorização do preso foi legal. Eu encaro que foi uma perda para nós, mas foi um ganho para eles, nós oferecemos um outro tipo de trabalho, um trabalho mais intelectual, mais dinâmico, e não manual, como é a maioria dos trabalhos dentro das unidades prisionais. Você encontra psicólogo que está preso dando aula, pessoas que tiveram só o ensino médio que dão aulas excelentes, já tive advogados dando aula, pessoas que estavam no meio do curso de graduação. Você encontra diversas pessoas dando aula.

Entrevistadora: A educação no presídio é uma obrigatoriedade, ou uma escolha do preso ?

Entrevistada: A educação no presídio não é uma escolha, é um direito que está na LEP (Lei de Execução Penal), porém existem unidades prisionais que não colocam como prioridade, primeiro é a segurança e disciplina, como eu falei, depois o trabalho, porque ele tem duas funções: manter o preso ocupado, segundo pela remição de pena, dinheiro que ele terá no pecúlio. E a educação é em longo prazo, então as pessoas não escolhem a educação logo de primeiro, porque a educação não é obrigatório na maioria dos presídios. Simplesmente o Diretor tem a escola lá, por que esta na Lei, mas é muito difícil haver uma reforma na escola, tudo é muito difícil para se conseguir dentro de um presídio. Mas por exemplo os CR's (Centro de Ressocialização), é um dos critérios para se manter lá dentro – estudar - se não, você não tem perfil, O CR de Mogi Mirim, o de Bragança e de Sumaré é obrigatório.

Entrevistadora: Qual a quantidade de presos que freqüentam a escola?

Entrevistada: Não posso colocar meia dúzia. Mas vamos colocar numa faixa de 10% da população total de uma unidade e a rotatividade é bem alta. Se o preso esta na escola e consegue um emprego, ele prefere o trabalho. Precisa ter uma escola muito forte e muito boa dentro da unidade prisional, por que senão os próprios presos são os mais críticos da escola, precisa ter um educador muito bom, uma escola que ofereça muitas atividades, para se tem uma escola cheia. Mesmo assim, pelo espaço físico, comportaria no máximo 20 % da população. Outra dificuldade é em relação aos horários, não dá para abrir a escola

durante a noite em muitas unidades prisionais, alguns fatores facilitam, outros dificultam numa unidade prisional, o atendimento é muito, de mil e quatrocentos presos, pelo censo, pelos dados oficiais 74 % dos presos não terminaram o ensino fundamental, poderíamos pensar que de mil e quatrocentos, quantos poderiam freqüentar a escola? E temos cem, cento e poucos presos estudando é muito baixa a freqüência na escola.

Entrevistadora: Mesmo com todas estas dificuldades, qual o resultado que você tem encontrado no seu trabalho dentro das unidades prisionais?

Entrevistada: O ponto positivo do educador preso, é que ele promove muitas atividades que realmente interessam aos alunos, eu posso propor um concurso de poesia, mas ele propõe o concurso de poesia com o tema que será de sucesso entre os presos, vai ser um concurso de poesia diferente, nós encontramos muito educadores empenhados, que promovem teatro, cursos, cartazes, artesanatos, a escola ficou muito mais viva.

Entrevistadora: Falando de arte, quais os benefícios de trabalhar com Arte na educação prisional?

Entrevistada: Eu os vejo quando estão apresentando uma peça, as pessoas estão muito mais livres corporalmente, eles são menos reprimidos hoje, que no passado, mas ainda tem o jeito de andar, como andar, quem pode olhar, como pode olhar, determinados comportamentos diante do guarda, diante da mulher, diante de alguns companheiros. Dentro do espaço de arte, você vê uma relação muito mais aberta. Um movimento do corpo muito mais acentuado, liberto, um momento que eles estão livres de todas essas amarras. Tem muitas ações que eles promovem, como a propaganda da biblioteca, filmes, embora eu não concorde muito com os gostos que eles tem, por eles todos os dias passariam filmes de bang- bang, filmes educativos eles até assistem, mas de cara feia. Então tem muita coisa bacana acontecendo, nisso eu acho positivo de ter o educador-presos, nas ações pedagógicas, no envolvimento dos presos com a escola. Ela está muito mais marcante, muito mais presente nos Raios, estamos pensando nas atividades da escola que funcionem com uma extensão até o Raio, qualquer concurso que se promova, uma exposição é levada para o Raio, se estivesse um professor ou um monitor teria muito mais dificuldade para conseguir conquistar isso.

Entrevistadora: Há quanto tempo você trabalha na FUNAP?

Entrevistada: Dezesseis anos. Eu comecei no Ataliba, com o semi-aberto à noite, fiquei sete anos como professora no Ataliba, passei pela Penitenciária III, trabalhei cinco anos na PIII, passei pela Penitenciária II, e depois fui para a Penitenciária I. Quando eu fui para a Penitenciária I, fui para uma sala de ensino médio, eu ainda dava aula, em 2004 começou o projeto, mas eu comecei dentro do projeto em 2005. Nós tivemos um grupo escola lá, os educadores de lá tiveram muitas facilidades e muitas brigas, acho que ser professor é isto, tem muita gente que tem um discurso perfeito, tem Paulo Freire na ponta da língua, mas na sala de aula, é totalmente diferente, eu acho que um agravante no educador-presos é assim, ele nunca viu isso, ele tem dificuldade para entender a metodologia, uma aula diferenciada, contextualizada, com tema gerador, essas são as maiores dificuldades. Eu fiquei 01(um) ano e meio lá e depois o Fernando (Diretor Regional da FUNAP) me chamou para a supervisão.

Eu dou apoio e oriento 16 unidades do sistema, atendo desde Atibaia, Bragança, vou até Rio Claro, eu vou nessas unidades e faço as formações dos educadores, mas eu acho que precisaria mais pessoas para fazer isto.

Entrevistadora: Só tem você para atender essas 16 unidades?

Entrevistada: Só. Uma grande falha da Fundação é ter uma proposta boa, mas não tem pessoas para aplicar, ou para dizer isso deu certo, aquilo não deu, trabalhar de forma mais real dentro da UP (unidades prisionais). Muitas vezes eles esperam um mês para eu dar a formação para começarem dar aula. Mas se ele tiver alguma dificuldade no meio do mês, ele não pode usar internet, nenhum meio de comunicação. Fica mais uma pessoa para intermediar isto, que é o Diretor de educação, caso o Diretor de educação for uma pessoa empenhada ele vai ligar, vai perguntar, mas quando ele não tem essa preocupação?

Entrevistadora: Quem é o Diretor de Educação?

Entrevistada: É um funcionário da Unidade, se ele for empenhado dá para sanar o problema, senão o educador-presos terá que esperar até o outro mês para eu poder ir lá, até isso já passou o problema, e já tem outro. Nisso a formação fica prejudicada, então, por exemplo, CR de Limeira, tem o educador de alfabetização, eu fui lá mês passado, e até agora eu não consegui voltar lá, hoje já estamos no dia vinte e ele está andando sozinho, eu estou passando informações via e-mail para a assistente social que vai passar um papel

para ele. Então nesse ponto prejudica um projeto, eu não digo que é ideal, por que mesmo eu aplicando este projeto, encontro várias propostas. Existem outras propostas que estão sendo aplicadas, eu vejo várias propostas que são aplicadas em uma unidade e dá certo e em outra unidade não dá, pode ser a unidade vizinha. Por exemplo, muita coisa dá certo na Penitenciária I, mas na Penitenciária II não daria. Tem toda uma estrutura de pensamentos em cada unidade que faz não dar certo, exemplo a Capoeira, vai ensinar o preso a lutar, e o preso vai bater no guarda, é a sensação que eu tenho que aconteceria na Penitenciária II de Hortolândia.

Entrevistadora: Este problema vem da Diretoria da Unidade Prisional?

Entrevistada: Não é da Diretoria, se a Diretoria é pró-ativa, ela promove, mas as vezes, o guarda não, o guarda é o que está mais próximo do preso, agora se o Diretor não está nem aí, melhor ainda para o guarda, isso é cultura, pois as pessoas recebem a mesma formação, os guardas recebem formação sobre Direitos Humanos, tem cursos de reciclagem. Acho que falta uma coisa também, falta a FUNAP estar presente nos cursos de Formação do Agente de Segurança Penitenciária, mostrando qual é o papel dela. Os guardas mais novos escutam os outros dizerem, lá vem a FUNAP passar a mão na cabeça do preso, e na verdade nós não vamos lá para isso, tem lá a escola, vai depender da pessoa que está lá o reeducando querer estudar, eu não vou obrigá-lo a estudar. Vai ser ele o agente transformador, o transformador da vida dele. Tem lá o espaço da escola, o que nós temos obrigação é de garantir uma educação de qualidade, não é qualquer escola que tem na UP, só para dizer que tem escola. A escola tem que fazer uma diferença na vida das pessoas que estão lá, por isso que não pode ser conteudista, o conteúdo a gente aprende na escola da rua, como eles falam, ela tem que ter um conteúdo de forma crítica, que traga mudanças na vida das pessoas. A Diretoria ela facilita, mas eu sou muito mais vinculada à ação do ASP, por que eu dependo dele para abrir o portão para que eu chegue até a escola. Alguns Diretores que eu tenho conversado acha bom o trabalho da FUNAP. Mas é assim que a escola esta acontecendo, está tudo certinho, tem aluno, tudo bem. Tem algum problema é a FUNAP que tem que resolver.

Entrevistadora: A FUNAP fornece algum auxílio ao preso que acabou de cumprir sua pena – o egresso?

Entrevistada: A FUNAP, também promove o atendimento ao egresso, para as pessoas que saem sem documentação, mesmo assim são poucas pessoas que procuram a FUNAP, quando procuram querem emprego, emprego é uma coisa que a gente não tem no primeiro momento, mas aos poucos aparecem alguns parceiros. Por exemplo ontem a estagiária daqui estava ligando para alguns egressos para oferecer um curso de cabeleireiro, que estava sendo oferecido por \$ 100,00, mas para o egresso era de graça, mas não conseguiu quase ninguém. Talvez o curso de cabeleireiro não seja interessante, mas há um curso com parceria do Ceprocamp, mas também o número de pessoas que vão fazer estes cursos são mínimos. Tudo é muito difícil. A FUNAP, o ESTADO, ainda não acertaram de que forma irão atender essas pessoas que saem da carceragem, na questão de reintegrá-las a sociedade.

Entrevistadora: Na prática, a unidade prisional, os Agentes de Segurança promovem esta reintegração do preso à sociedade?

Entrevistada: Não. De jeito nenhum. Para se ter uma idéia, outro dia, cheguei com vários livros para levar à biblioteca, primeiro ele nem me ajudou, mas tudo bem, já estou acostumada, estava descendo o corredor ele falou: “Livro, para preso! Para mim tinha que matar tudo” eu respondi: “E onde nós íamos trabalhar?” Isso é um caso, mas todo dia tem alguma coisinha, falta de reintegração. Todos nós estamos fazendo parte do processo de ressocialização, o agente tem que promover a segurança, mas aquilo não precisa ser uma sobre-pena, o agente chama o preso pela matrícula, ou por ladrão, acha que tem que manter preso, sem nada para ele, não lembra que no sistema prisional o preso vai ficar no máximo 30 anos e depois vai sair. Ficar 30 anos naquele ambiente insalubre vai sair pior, melhor não sai! Então ele vai sair pior para a nossa própria sociedade.

Eu acho que no momento que ele está mantendo a segurança e disciplina ele também é um educador. Ele pode educar através de uma postura, uma conversa, por que naquele ambiente, com uma conversa você pode mudar a vida de uma pessoa. Tem uma organização entre os presos, percebe-se quem manda lá dentro, cabe ao agente não deixar aquele preso que chega fazer parte desta organização, eles (ASP's) deveriam facilitar a ida para a escola, para o trabalho, muitas ações simples podem modificar a raiva crescente que o preso sente do agente.

Entrevistadora: Existe algum tipo de política pública a favor da educação e da reintegração do preso?

Entrevistada: Não. Não, por que todo ano a FUNAP vai buscar verba junto ao Depen, a Secretaria de Educação, junto ao Instituto Paulo Freire, fora a verba que a FUNAP produz, com a venda de móveis de escritórios, reformas de carteiras e cadeiras. Isso é pouco, e justamente na educação não se tem uma política que tenha um orçamento destinando para a educação nos presídios, não tem esta política aqui em São Paulo e não tem no resto do Brasil, o direito a educação só está na LEI, mas não existe. Todos os anos nós temos que lutar para conseguir verba para se manter, para pagamento do educador, nós temos que fazer parcerias para tudo isso. Conseguimos por um ano uma verba da secretaria da educação, mas no outro ano temos que mandar um projeto, aquela coisa toda, temos que correr atrás é pouco o que é destinado para uma fundação. Na minha opinião tem que se investir mais na FUNAP, por ela estar a muito tempo trabalhando com a educação no presídio, vai fazer 30 anos com este assunto, ela sabe o que é bom para uma educação numa realidade prisional. Ela conhece este meio muito mais que uma ONG, mais que a secretaria da educação, apesar de ter professores formados. A FUNAP sabe o tempo de aprendizagem que as pessoas levam dentro de uma unidade prisional, e podemos montar um projeto muito mais adequado para atender este tipo de população. No trabalho também, formação para o trabalho, ter uma verba para ter cursos profissionalizantes. Por exemplo, eu acho que em cada UP deveria ter uma oficina, por exemplo, elétrica com parceria com o SENAI, com todo o material e todos que passarem por aquela unidade prisional, que tiverem interesse, receberão o curso. Criar espaços para montar estas oficinas. Nós temos oferecido alguns cursos de 30 horas de 40. Foi com muita alegria que fomos uma vez no CR de Piracicaba, e a Diretora de lá contou que foi na rua do porto, estava sentada tomando sua “cervejinha” e quem foi atendê-la foi um garçom: “Oi Dr. Camila, tudo bem?”

“- Nossa Você aqui?”

- “Graças ao curso que eu fiz dentro do CR através do SENAC me garantiu este emprego”. Mesmo estes cursos podem facilitar a vida de algumas pessoas. E até tirar aquela idéia que não irão conseguir nada aqui fora. Os presos reclamam muito que não tem emprego para eles. Eu trabalho muito essa idéia que não tem emprego para quem nunca passou pelo sistema e não tem para eles. agora qual habilidade que ele tem que pode ser desenvolvida

lá fora? Ele pode fazer um trabalho autônomo, encanador, pedreiro, técnico de informática e jardineiro. Mas jardineiro? Tem que pensar grande pode começar com jardinagem e ser um especialista, trabalhar em condomínio que paga muito bem. Você vende o seu trabalho, você saiu da maioria, você se especializa. Eu trabalho muito esta questão, mas é um trabalho meu, da Sueli, não é uma política. Temos que ficar correndo atrás de verbas. A gente consegue, mas demanda muito trabalho da gerência, da Diretoria da FUNAP. Se tivéssemos uma política de educação para o presídio, formação para o trabalho dentro do presídio, do jeito que eu falei para você, definida na prática com leis, com verbas facilitaria muito meu trabalho. O material que trabalhamos este ano foi do ano, a gente trabalha com causa, não é só com amor, é com responsabilidade, fazer com que aquelas pessoas não percam seu tempo em sala de aula. Quero que quem esteja cumprindo pena, aproveite da melhor forma possível, esse tempo dentro da unidade prisional. Eu estou com muitos projetos aqui para te mostrar, projetos de roda de leitura, projeto de capoeira, projeto de artesanato, projeto de tricô, de biblioteca. A gente tem que fazer acontecer, não podemos ficar esperando, eu acho que os Deputados, Senadores não deveriam parar de lutar por esta causa, por que lutando por esta causa, vai diminuir o número de reincidentes. Uma nova proposta de vida para esta pessoa. Ficar só preso, só na cela, pedalando no raio (como eles falam), não é castigo, está prejudicando ainda mais esta pessoa, o psicológico, a mente vai ficando cada vez mais alterada. Eles ficam ouvindo aquelas conversas: “que quando sair vai fazer tal coisa, que a família abandonou, que a mulher abandonou” para nós ouvir isto é deprimente, imagina para eles que estão lá dentro?

Você vê na história das prisões que sempre foi assim, durante muito tempo não mudou nada, esta pior ainda, por que eu vejo meninos crescendo dentro deste pensamento ruim, é sedutor falar que você pega tanto de dinheiro por dia, e as ações são mínimas, está lá à escola, mas poucos freqüentam, está lá a capoeira, mas os membros da igreja abominam a capoeira, é tudo muito segmentado, o Raio I, é diferente do Raio III, eu falo do político para ele começar a criar alguns projetos de lei no sentido de mudar a cultura da pessoa que esta lá dentro. Minha opinião é que o preso trabalhe, estude, tenha uma qualidade de vida, para quê ter uma sobre-pena? Se você acha que tem que matar todos os presos, então vai brigar lá no congresso para isso, não adianta ficar brigando com quem está realizando, está tentando fazer o seu trabalho direito.

1º BATISMO DE CAPOEIRA

15-09-2007



SUPERVISÃO MESTRE MAIA
ORGANIZAÇÃO MARCÃO ACADA
CONTRAMESTRE MARQUINHO

LOCAL: PENITENCIARIA I - APARTIR DAS 10:00 HS
RODV. CAMPINAS - MONTE MOR - KM 4,5
BAIRRO NOVO ÂNGULO
CIDADE: HORTOLÂNDIA / SP

INFORMAÇÕES - FONE (19) 3221-7312 / CEL. 8115-1440
marcos@capoeiracada.com.br

